



Com Vaccarezza, quem ganha é o povo

O deputado aprovou leis que mudam a vida dos cidadãos no Estado de São Paulo. Seu mandato está focado no desenvolvimento econômico, na geração de empregos e na distribuição de renda.

Os projetos de leis e iniciativas parlamentares propostos pelo deputado Cássio Vaccarezza são resultado de discussões com militantes e representantes de segmentos sociais. Suas ações na Assembleia Legislativa estão focadas em melhorar a qualidade de vida do povo paulista, apresentando alternativas que contribuam para o desenvolvimento econômico e social, para a geração de empregos e para a distribuição de renda.

Vaccarezza conseguiu aprovar leis importantes,

como a do sangue, da duplicação do perímetro da Zona Predominantemente Industrial de Itaquera e da reforma interna dos imóveis residenciais. Outras conquistas foram a atualização da Constituição estadual e a consolidação das leis paulistas, que facilita o acesso do cidadão aos seus direitos e deveres.

Ele também realizou audiências públicas sobre educação, debateu e apresentou emendas ao Plano Plurianual e ao orçamento. Discutiu e elaborou pareceres sobre a previdência dos servidores públicos, o

pagamento de precatórios e a política de desenvolvimento tecnológico do Estado.

Por outro lado, os progressos não foram maiores em razão da falta de sensibilidade do Executivo. O Governador Geraldo Alckmin vetou propostas de Vaccarezza aprovadas pelos deputados na Assembleia Legislativa, entre elas o projeto de lei, que determina o mínimo de 1% da tiragem do Diário Oficial do Estado e das publicações legislativas sejam impressas pelo método Braille.

Com o PSDB, São Paulo perde importância

Em 12 anos de governo tucano (Covas/Alckmin), o Estado de São Paulo cresceu abaixo da média nacional. De 1996 a 2003, a indústria paulista cresceu 18%, os outros Estados 67%. Os tucanos deixaram São Paulo perder empresas para outros Estados, não souberam enfrentar a guerra fiscal.

Os tucanos prometeram privatizar para reduzir a dívida do Estado e ampliar os investimentos. Arrecadaram R\$ 77,5 bilhões com as privatizações, mas a dívida continua crescendo. Em 1994, era de R\$ 34 bilhões. Em 2005, saltou para 140 bilhões, um aumento de mais de 300%. Já os investimentos caíram. O Estado investia cerca de R\$ 16 bilhões e tem investido nos últimos anos em torno de R\$ 4 bilhões.

Com o PSDB, São Paulo perdeu qualidade de vida. Não por falta de dinheiro, mas por incompetência. De 2001 a 2005, os tucanos deixaram de aplicar R\$ 2,4 bilhões em saúde, dinheiro suficiente para construir 50 hospitais com 250 leitos. Os recursos exis-

tiam, estavam disponíveis na caixa do Estado, mas não foram usados.

Os tucanos também não aplicaram R\$ 174 milhões em rodovias e terminais rodoviários. Não aplicaram R\$ 107 milhões em ações de proteção ambiental, cortiços e favelas. Não aplicaram R\$ 26 milhões em piscinões, R\$ 15,2 milhões em saneamento básico nos municípios e quase R\$ 4,5 milhões na regularização de conjuntos habitacionais.

O fracasso do governo do PSDB também está comprovado na educação. São Paulo ficou em 9º lugar no último exame do Enem - Exame Nacional do Ensino Médio, realizado em 2005. Mais de 70% dos alunos da rede pública tiveram baixo desempenho.

As classes do sistema estadual estão mais cheias do que a média do ensino público nacional. De 1ª a 4ª série, as classes têm, em média, 32,5 alunos. No sistema público nacional a média é de 27,6 alunos por sala de aula. Em São Paulo, 30%

das crianças terminam a 1ª série do ensino fundamental sem saber ler e escrever.

No Estado ainda existem 76 escolas de latão construídas, entre 1998 e 2002, pelos governos tucanos de Covas e Alckmin para abrigar, em caráter provisório alunos da rede estadual. A previsão mais otimista é que apenas em 2008 elas sejam desativadas.

Na habitação, os governos tucanos quase nada fizeram. O déficit habitacional do Estado é da ordem de 840 mil novas unidades. A CDHU afirma que está fazendo cerca de 50 mil unidades, mas não sabe informar quando serão entregues. A verba da Secretaria de Habitação corresponde a apenas 1,05% do orçamento estadual.

Se não bastasse, São Paulo registra 187 mil roubos de veículos por ano, 750 mil assaltos e furtos e milhares de seqüestros relâmpago. A Polícia Civil tem o segundo pior salário do Brasil e o sistema prisional e a Febem vivem às voltas com rebeliões e fugas.

Liderança e articulação política

Vaccarezza é médico e está em São Paulo desde 1981. Petista de primeira hora, participou de todos os momentos importantes do partido. Na Assembléia Legislativa, faz uma oposição contundente ao governo estadual e desde o início de seu mandato, em 2001, já apresentou diversos projetos de lei, requerimentos de informação e pediu a abertura de CPI's

Eleito deputado estadual pelo segundo mandato com quase 83 mil votos, Cândido Vaccarezza começou a militância nos anos 70, no movimento estudantil, na Bahia. Defensor do socialismo democrático, tem alicerçado sua atuação na luta por desenvolvimento econômico, distribuição de renda e geração de empregos, bem como no aperfeiçoamento das áreas de educação, saúde, segurança pública, meio ambiente e cidadania.

Na Assembléia Legislativa, Vaccarezza é reconhecido por todas as bancadas como um parlamentar atuante, que faz uma oposição contundente, propositiva e fiscalizadora ao governo estadual.

Desde 2001, no início do seu mandato, Vaccarezza apresentou diversos projetos de lei e requerimentos de informação, pediu a abertura de quatro Comissões Parlamentares de Inquérito - CPI's e apoiou outros parlamentares em diversas solicitações semelhantes.

Articulador político respeitado, Vaccarezza con-

tribuiu, como líder da bancada do PT, para derrotar, em 2004, o candidato do Governador à presidência da Assembléia. A partir daí, o Legislativo de São Paulo vem dando passos rumo à sua independência: mudou a agenda política e, fato inédito, realizou audiências públicas em várias regiões do Estado para discutir o orçamento anual.

Vaccarezza lidera na Assembléia o processo de consolidação das leis do Estado de São Paulo. Pela primeira vez uma iniciativa deste tipo conquistou o apoio do Executivo, do Judiciário, do Ministério Público e da Ordem dos Advogados do Brasil.

Sob o comando de Vaccarezza, a Comissão de Constituição e Justiça - CCJ, uma das mais importantes da Assembléia Legislativa, aprovou mais de mil projetos que estavam parados.

Em São Paulo desde 1981, Vaccarezza é médico e fez residência no Hospital Amparo Maternal. Por meio de concurso ingressou no serviço público de saúde e trabalhou em várias unidades básicas de

saúde na cidade de São Paulo. Ajudou a organizar o sindicato dos trabalhadores do serviço público de saúde do Estado de São Paulo e foi diretor do sindicato dos funcionários públicos municipais de São Paulo.

Vaccarezza participou do processo de fundação do PT na Bahia e de todos os momentos importantes do partido. Como militante de base organizou núcleos e diretórios no Estado de São Paulo e em outros Estados. Foi presidente do Diretório Municipal de São Paulo, secretário-geral nacional e estadual e 3º vice-presidente nacional. Vaccarezza foi Secretário de Cultura e Esporte e diretor do Hospital Municipal Nardini na cidade de Mauá.

Vaccarezza lutou contra a ditadura militar, atuou na reorganização da União Nacional dos Estudantes - UNE, participou da primeira diretoria depois da reconstrução da entidade e esteve presente nas principais lutas democráticas do país nas últimas três décadas.

Fotos: Arquivo



Expediente

Publicação do mandato do deputado Cândido Vaccarezza
Jornalista responsável: Rosana Ferreira de Abreu MTB-22218
Projeto Gráfico e diagramação: Listweb Solution
Impressão: Kingraf

Assembléia Legislativa

Av. Pedro Álvares Cabral, 201 - gabinete 1013 - 1º andar
 Tel.: (11) 3884-4149 - Fax: 3886-6588
 e-mail: vaccarezza@vaccarezza.com.br - site: www.vaccarezza.com.br
Escritório Político
 Rua Jarinu, 324 - Tatuapé - São Paulo/SP - Tel.: (11) 6192-2014

Cidadão pode conhecer melhor seus direitos

Vaccarezza lidera na Assembléia Legislativa o processo de consolidação, que revogou 7 mil leis e 3 mil decretos-lei ultrapassados. O objetivo do trabalho é facilitar o conhecimento, o entendimento e a pesquisa do cidadão a respeito de seus direitos e deveres.

Existiam mais de 30 mil leis no Estado de São Paulo. Muitas estavam ultrapassadas, não se adequavam à Constituição Federal promulgada em 1988 ou possuíam uma redação confusa que ao invés de garantir direitos apenas confundia o cidadão.

Em março de 2005, quando assumiu a presidência da Comissão de Constituição e Justiça - CCJ, o deputado Cândido Vaccarezza definiu a consolidação das leis do Estado de São Paulo como prioridade nos trabalhos da CCJ. A iniciativa conquistou apoio do Executivo, do Judiciário, do Ministério Público e da Ordem dos Advogados do Brasil.

Na primeira etapa do processo, foi feita uma grande faxina na legislação, reduzindo o número de leis existentes no Estado. Inicialmente, o trabalho eliminou cerca de 7 mil leis e 3 mil decretos-lei criados no período de 1891 a 1961, que estavam obsoletos.

Entretanto, a consolidação não se limita a extinguir leis. Seu objetivo principal é facilitar o conhecimento, o entendimento e a pesquisa do cidadão a respeito de seus direitos e deveres. Por isso, a consolidação deixará apenas uma lei para cada assunto,

revogando as anteriores. Por exemplo, todas as leis estaduais sobre meio ambiente serão agrupadas, analisadas, revisadas e desse estudo sairá uma única lei que regulará a questão ambiental no Estado de São Paulo. Até o final de 2006, devem estar concluídas a consolidação das leis do idoso e dos portadores de deficiência física.

O trabalho da consolidação não termina numa legislatura. É preciso que tenha continuidade na Assembléia Legislativa, pois há ainda para serem regulamentadas questões relacionadas a meio ambiente, segurança pública, funcionalismo público estadual, direitos do consumidor e licitações e contratos.

Em paralelo à consolidação das leis paulistas ocorreu a atualização da Constituição Estadual. Em fevereiro, foi promulgada a emenda constitucional nº 21, de autoria de Vaccarezza, que adequou a Constituição do Estado de São Paulo às 54 modificações promovidas na Constituição Federal nos últimos 18 anos. Esse trabalho deu origem à Carta do Poder do Cidadão, edição atualizada da Constituição do Estado de São Paulo.

Arquivo



O processo de consolidação liderado por Vaccarezza conquistou apoio do Executivo, do Legislativo, do Ministério Público e da OAB

Olhando além do pântano

Artigo do jornalista Clóvis Rossi, publicado na Folha de S. Paulo, em 21/06/2005

SÃO PAULO - Pausa para tentar olhar um pouco além do pântano e também além da reforma política, a carta na manga que todos os jogadores que ocupam o Palácio do Planalto sacam quando estão em dificuldades e arquivam quando a dificuldade passa.

Está em curso na Assembléia Legislativa de São Paulo um trabalho de consolidação das leis do Estado.

"São mais de 11 mil leis, muitas obsoletas e colidentes entre si ou com a Constituição estadual. Um exemplo é a lei que autoriza a cobrança do ICMS por dentro, originando a bitributação, o que é proibido pela Constituição estadual e pela federal", informa o deputado estadual Cândido Vaccarezza (PT).

Vaccarezza faz questão de dizer que a iniciativa não é só dele, mas de um grupo multipartidário de parlamentares.

Faço a ressalva, mas mantenho a citação pessoal porque foi ele, afinal, quem me chamou a atenção para o trabalho.

Além das 11 mil leis já existentes, há outras 8.000 em tramitação. Não há país sério que precise de 19 mil leis para funcionar. Ao contrário: é razoável supor que o excesso de leis seja parte do problema.

Há até uma lei de 1836 (sim, de quase 170 anos atrás, de antes da República), que "autoriza os professores de primeiras letras a castigarem moderadamente os seus alunos".

O objetivo da consolidação é deixar uma única lei para cada tema, revogando todas as anteriores. Primeiro, informa ainda Vaccarezza, a Assembléia, com apoio da Faculdade de Direito da USP e da Fundação Arcadas, vai trabalhar na consolidação das leis sobre ambiente.

É evidente que a mera consolidação não será o abre-te Sésamo rumo a um país perfeito. Mas, se a iniciativa for estendida ao país todo, é razoável supor que haverá desafogo para a Justiça, menos zonas de sombra e, por extensão, menos impunidade.

Aliás, alguém sabe quantas leis há no plano federal e nas outras 26 unidades federativas?

O objetivo é gerar desenvolvimento, empregos e distribuição de renda

As propostas apresentadas pelo deputado Cândido Vaccarezza são voltadas a desenvolvimento econômico, geração de empregos e distribuição de renda. Seus projetos englobam ações nas áreas de educação, saúde, segurança pública, meio ambiente e cidadania. A atualização da Constituição do Estado de São Paulo e os projetos referentes ao controle do sangue e de hemoderivados, a Zona Industrial de Itaquera (ZUPI 1), a revogação de cerca de 10 mil leis e a desburocratização para reformas da área interna de imóveis residenciais viraram leis e hoje beneficiam a população de São Paulo.



Arquivo

Projetos do deputado Cândido Vaccarezza revogaram 7 mil leis e 3 mil decretos-lei obsoletos

Projetos aprovados pelos deputados e vetados pelo Governador Alckmin

Publicações em Braille - projeto de lei 765/03

Garantir aos portadores de deficiência visual o acesso às informações oficiais do Estado de São Paulo. Esse é objetivo do projeto de lei 765/03. A proposta determina que no mínimo 1% da tiragem do Diário Oficial do Estado e das publicações legislativas sejam impressas em braille.

Aprovado pelos deputados, o projeto foi vetado pelo Executivo. O Governador Alckmin alegou que para capacitar a Imprensa Oficial a imprimir suas publicações em braille seria necessário R\$ 1,5 milhão. Para 2006, a receita orçamentária do Estado de São Paulo é de R\$ 81,2 bilhões.

Municípios Estâncias - projeto de lei 715/04

O Fundo Estadual de Melhoria das Estâncias distribui recursos aos municípios que recebem essa classificação. O projeto de lei 715/04 obriga o Governo do Estado a publicar mensalmente a liberação de recursos do Fundo. Determina também que o Es-

tado transfira anualmente, até 31 de dezembro, os recursos previstos às estâncias.

O veto do Governador Alckmin prejudicou os 67 municípios estâncias do Estado. De 2000 a 2006, o Governo do Estado deixou de repassar às estâncias R\$ 327,3 milhões.

Leis de Vaccarezza aprovadas

Sangue - lei 10.936/01

O projeto de lei 272/2001 criou o Sistema de Sangue do Estado de São Paulo, regulamentando a doação, a coleta, a armazenagem e a distribuição do sangue.

Pioneiro no Brasil, o projeto foi convertido na lei estadual 10.936/01, contribuindo para aprimorar a qualidade do sangue na rede de saúde.

A lei acaba com a imposição por parte dos hospitais para que as pessoas apresentem doadores nos caso de cirurgias e cria um sistema informatizado, que integra os bancos de sangue dos hemocentros públicos e privados. O estoque de sangue no Estado de São Paulo será controlado e distribuído para quem dele precisar.

A lei torna obrigatória a realização de testes em cada amostra ou unidade de sangue coletado, bem como a notificação dos doadores sobre qualquer doença encontrada nos exames laboratoriais realizados em seu sangue. Os testes laboratoriais garantem a qualidade do sangue disponível à população, impedindo a transmissão de doenças como AIDS e hepatite.

Desde 2001, no Estado de São Paulo, doadores e receptores são informados sobre procedimentos, cuidados e possíveis reações adversas decorrentes da doação ou transfusão de sangue.

Zona Industrial de Itaquera - lei 11.526/03

Aprovado e promulgado na forma da lei estadual 11.526/03, o projeto de lei 714/03 ampliou o perímetro da Zona Predominantemente Industrial de Itaquera ZUPI 1, que hoje é de quatro milhões de metros quadrados, beneficiando os bairros vizinhos a Itaquera e, conseqüentemente, toda a Grande São Paulo.

O aumento no alcance da ZUPI 1 abriu espaço para instalação de novas empresas e fez crescer as possibilidades de geração de emprego e desenvolvimento econômico sustentável na região, uma vez que a Zona Leste possui localização estratégica: está entre os pólos econômicos de Guarulhos e da região do Grande ABC.

Revogação de leis obsoletas

De autoria do deputado Vaccarezza, as leis 12241, 12242, 12243, 12244, 12245, 12246 e 12247 de 28/1/2006 revogaram cerca de 7 mil leis e 3 mil decretos-lei criados no período de 1891 a 1961, que estavam ultrapassadas, não tinham mais efeito prático na realidade do cidadão ou não se adequavam à Constituição Federal promulgada em 1988.

Projetos prontos para serem votados pelos deputados na Assembléia

Reserva de vagas nas universidades

O projeto de lei 530/04 reserva 50% das vagas de todos os cursos da USP, UNESP e Unicamp para alunos que cursaram o ensino médio na rede pública e inclui nestes 50% a participação mínima de 30% para estudantes negros e índios.

A reserva de vagas é um passo importante na democratização do ensino superior e atingirá todos os cursos e turnos oferecidos pelas universidades.

A experiência da Universidade de Campinas evidencia o acerto da medida. A reserva de vagas adotada pela Unicamp mostrou que 80% dos estudantes beneficiados pelo sistema apresentam desempenho superior aos demais alunos.

Alimentos transgênicos

O projeto de lei 371/01 regula pesquisa, produção, comercialização e rotulagem de produtos transgênicos (organismos geneticamente modificados). Vaccarezza acredita que a maior produtividade, o menor custo de produção em relação às lavouras tradicionais e os benefícios para a saúde pública fazem dos transgênicos um assunto que não pode ser ignorado.

Um dos objetivos do projeto é incentivar a geração de produtos mais nutritivos e benéficos à saúde que auxiliem no combate a subnutrição.



Divulgação

A área de proteção do Sauá está localizada na região de Vinhedo

Área de proteção ambiental do Sauá

O foco do projeto de lei 44/06, que cria a Área de Proteção Ambiental (APA) do Sauá, é aliar preservação ambiental e desenvolvimento econômico. Um dos objetivos centrais do projeto é preservar a qualidade e a quantidade dos recursos hídricos da região, localizada entre os municípios de Valinhos, Itatiba, Louveira e Vinhedo, como forma de garantir o abastecimento de água nas cidades que fazem parte da APA.

O projeto 44/06 visa também criar alternativas de geração de emprego e renda por meio do desenvolvimento das áreas de turismo ecológico, esportes radicais e educação ambiental. Esses segmentos crescem aproximadamente 20% ao ano e já representam cerca de 15% do turismo brasileiro.



Vaccarezza apresenta o projeto ao Ministro da Educação Tarso Genro

Fim da dupla tributação no ICMS

Pela legislação estadual o cálculo do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) deve ser realizado tendo como base o valor da mercadoria ou serviço prestado.

Entretanto, um artigo existente na legislação estadual descaracteriza esta base de cálculo gerando uma dupla tributação.

Para acabar com esta distorção e injusta cobrança, o projeto de lei 683/02 retira o artigo 33 da Lei 6374/89, prevalecendo o princípio constitucional da não cumulatividade e retirando a bi-tributação das relações tributárias envolvendo o ICMS.

Portadores de Deficiência

O projeto de lei 897/03 acrescenta ao currículo do primeiro ano do ensino médio noções sobre o método Braille e da linguagem de Libras (linguagem dos sinais utilizada pelos deficientes auditivos).

Regularização dos bingos

Para Vaccarezza, a regularização da exploração do jogo do bingo vai gerar novos postos de trabalhos, receita tributária e segurança jurídica, além de combater a lavagem de dinheiro. Atualmente, centenas de casas funcionam irregularmente ou por meio de liminares.

O projeto de lei 971/2003 permite a exploração do jogo de bingo no Estado de São Paulo, mas medidas como a necessidade de autorização para início de funcionamento das casas de bingo, identificação do ganhador de prêmios superiores a 100 UFESP's, fiscalização eletrônica oficial e demais restrições impostas pelo projeto visam prevenir possíveis ações ilícitas.

Santas Casas

O projeto de lei 1299/2003 autoriza o Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual (IAMSPE) a dispensar a apresentação de certidão negativa de débito junto a órgão público federal como requisito prévio para assinatura de convênios com as Santas Casas.

Planos de saúde

O projeto de lei 743/2005 obriga as operadoras de planos e seguros de saúde, que mantêm convênios e contratos no Estado de São Paulo, a adotar o Rol de Procedimentos e Eventos Médicos, a ser editado pela Agência Nacional de Saúde Complementar.

Sempre que reajustarem os valores cobrados do consumidor haverá repasse igual ou superior aos profissionais prestadores de serviços médicos.

Psicologia no Ensino Médio

Com o objetivo de incentivar os alunos do Ensino Médio a desenvolver maior senso crítico, o projeto de lei 237/2001, torna obrigatória a inclusão da disciplina de Psicologia na grade curricular do Ensino Médio.

Empréstimo consignado

O projeto de lei 17/2003 autoriza os servidores públicos do Estado de São Paulo ativos, aposentados e pensionistas a contratarem empréstimos em instituições financeira públicas ou privadas com desconto em folha de pagamento, nos moldes do que já ocorre a anos na esfera federal e em inúmeros municípios do País.



Divulgação

Projeto garante hora extra para policiais civis e militares

Hora extra e adicional noturno para policiais

O pagamento de horas extras de trabalho e adicional noturno aos policiais civis e militares do Estado de São Paulo é o tema do projeto de lei complementar 24/03. Atualmente, 120 mil policiais cumprem trabalho extraordinário sem nenhuma remuneração para isso.

De acordo com o projeto 24/03, de segunda a sexta-feira, os policiais receberão hora extra de 50%. Nos finais de semana e feriados, o valor será de 100%.

Quanto ao adicional noturno, a proposta determina que o trabalho no período entre 10 horas da noite e 5 horas da manhã terá remuneração 25% superior às atividades desenvolvidas no período diurno.

Proposta de Vaccarezza atualizou a Constituição estadual

Desde que assumiu o mandato na Assembléia Legislativa, Cândido Vaccarezza foi o deputado que mais aprimorou a Constituição do Estado de São Paulo. A emenda que dispensa a apresentação de planta interna para reforma de imóveis e a que atualiza a Constituição do Estado de São Paulo já foram aprovadas. As demais estão prontas para serem incluídas na ordem do dia para votação em plenário pelos deputados.



Arquivo

Apresentada por Vaccarezza, a emenda 21 foi promulgada em fevereiro deste ano

Emendas prontas para votação

Recursos para saúde

A proposta de emenda constitucional 16/2004 estabelece que o Estado aplicará em ações e serviços públicos de saúde no mínimo 12% dos recursos obtidos com a arrecadação de impostos. O percentual deverá ser aplicado também às transferências da União para o Estado em decorrência da desoneração do ICMS nas exportações.

De acordo com a proposta, o Estado publicará, até 30 dias após o encerramento do trimestre, informações sobre as receitas arrecadadas, as transferências de recursos destinados à saúde, além de detalhar os gastos da saúde por programa e ação.

Igualdade de direitos

A proposta de emenda constitucional 12/2004 permite que mulheres ocupem o cargo de Comandante Geral da Polícia Militar.

Para Vaccarezza não há razões para tratar homens e mulheres de forma diferenciada, uma vez que exercem as mesmas funções, são submetidos aos mesmos horários e escalas de serviço, passam pelas mesmas exigências para ingressar na corporação, bem como recebem os mesmos salários. Essa isonomia já é garantida na Constituição de 1988, que prevê a igualdade de direitos e deveres para ambos os sexos.

Emendas propostas por Vaccarezza que foram aprovadas

Atualização da Constituição Estadual

Promulgada em fevereiro deste ano, a emenda constitucional nº 21 adequou a Constituição do Estado de São Paulo à Constituição Federal. Conheça algumas das principais mudanças promovidas pela emenda nº 21 na Constituição estadual.

- Militares serão julgados pela justiça comum quando os crimes por eles praticados tiverem civis como vítimas.
- O Estado deverá repassar aos municípios 25% do montante recebido da União.
- Criação do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza.
- Os precatórios serão pagos pelo seu valor real acrescidos de juros legais e liquidados em prestações anuais no prazo máximo de 10 anos.
- O direito de greve dos servidores estaduais será regulado por lei específica. Ao retirar a necessidade de ser Lei Complementar Federal, abriu a possibilidade da Assembléia aprovar a Lei de Greve antes da União.
- Altera o sistema de previdência dos funcionários públicos. O cálculo do valor de aposentadoria passa a ser orientado pelo tempo de contribuição e não pelo tempo de serviço.
- O servidor que possuir direito à aposentadoria mas que continuar na ativa receberá abono de permanência.
- A contribuição do servidor público comissionado será recolhida ao INSS e a do concursado para o IPESP.
- Desde a expedição do diploma, os deputados serão julgados pelo Tribunal de Justiça. A indefinição do foro competente para julgar os parlamentares, se a Vara Comum ou o Tribunal, retardava os processos na Justiça por mais de dois anos e, em alguns casos, ocorria a prescrição do direito.
- Vedou o pagamento de verba indenizatória superior ao subsídio mensal, quando ocorrer sessão legislativa extraordinária.
- Criação das Câmaras Regionais e a justiça itinerante.
- Adequa a redação de artigos, revoga os artigos 71, 78 e 79, em função da extinção dos Tribunais de Alçada.
- Introduce a eficiência como um dos princípios da administração pública. Um ato pode ser anulado se a eficiência não for obedecida.

Reforma de imóveis

A Emenda Constitucional 16, publicada em 26/11/2002, veda aos municípios o direito de legislar sobre a área interna dos imóveis. Não é mais necessário pedir autorização ao poder municipal para fazer pequenas reformas no interior do imóvel. Entretanto, por segurança, um arquiteto ou engenheiro deverá ser responsável pela obra.

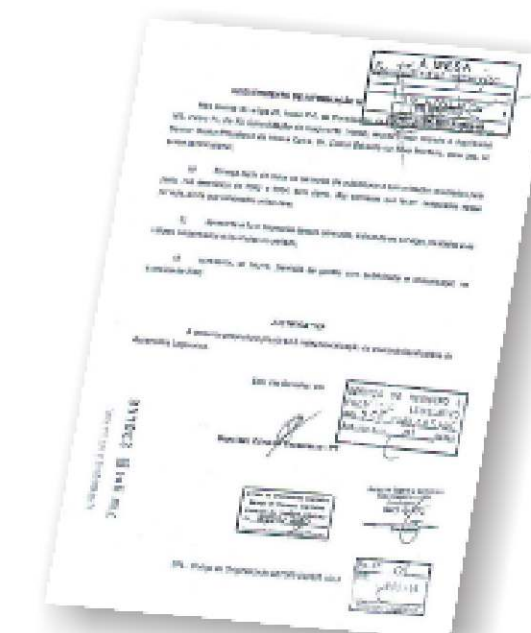
Entre outras vantagens, a emenda 16 acaba com a burocracia, com a cobrança de taxas abusivas e com a possibilidade de corrupção.

Irregularidades devem ser investigadas

Desde 2001, no início do seu mandato, Vaccarezza apresentou cerca de 50 requerimentos de informação. Um dos temas que despertou a atenção de Vaccarezza foram os gastos com publicidade e propaganda do Banco Nossa Caixa S.A.

Em 10 de março de 2005, o deputado enviou um requerimento de informação à presidência da Nossa Caixa sobre o assunto e descobriu que as agências de publicidade Colucci e Full Jazz prestaram serviços sem contrato durante 22 meses, recebendo nesse período R\$ 42,9 milhões.

O requerimento de Vaccarezza deflagrou o escândalo da Nossa Caixa, veiculado em todos os jornais, e as irregularidades, das quais suspeitou, foram confirmadas pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em 25 de abril deste ano.



Conheça alguns requerimentos apresentados por Vaccarezza

Requerimentos 45 a 48/05 - 10/3/2005

Solicitam informações aos presidentes do Banco Nossa Caixa, Sabesp e da CDHU - Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano e ao Secretário Estadual da Casa Civil sobre os contratos de publicidade e comunicação celebrados em 2003 e 2004.

Requerimento 412/04 - 7/12/2004

Pede ao Secretário de Saúde informações sobre a gestão dos hospitais de Carapicuíba, Diadema, Grajaú, Guarulhos, Itaim, Itapeverica da Serra, Itapevi, Itaquecetuba, Pedreira, Pirajussara, Santo André, Vila Alpina, Sumaré, Bauru, Sapopemba e Mogi das Cruzes.

Requerimento 342/03 - 4/9/2003

Pede informações ao Secretário de Estado da Saúde sobre os critérios para compra e distribuição de remédios aos municípios.

Requerimentos 99/02 24/2/2002

Solicita ao Secretário de Estado do Planejamento esclarecimentos sobre os motivos que levaram a redução dos valores destinados no orçamento ao Programa Preventivo de Defesa Civil para o município de São Paulo.

O programa sofreu um corte real de 91,2% em 2001 em relação ao valor empenhado em 2000.

Requerimento 489/01 - 12/10/2001

Encaminhado ao Diretor-Presidente da Dersa pede informações sobre as alterações efetivadas no projeto original do Rodoanel referente ao trecho que compreende o trevo da Rodovia Raposo Tavares, no município de Osasco e todo o trajeto do município de Cotia até a entrada do túnel no mesmo município.

Requerimento 123/01 - 19/04/2001

Requer do Secretário de Saúde dados sobre o suprimento de sangue para os pacientes da rede pública na região metropolitana de São Paulo e no interior do Estado.

Pedidos para abertura de CPI's

Vaccarezza também apresentou requerimentos para abertura de quatro Comissões Parlamentares de Inquérito CPI's. Estes pedidos juntaram-se a outras 65 solicitações de CPI's barradas pela bancada do PSDB e seus aliados. Desde 2001, a Assembléia não consegue instaurar nenhuma CPI para apurar denúncias na administração do Governador Geraldo Alckmin.

REBAIXAMENTO DA CALHA DO RIO TIETÊ (Requerimento 1990/05 10/06/05)

Todos os contratos referentes ao gerenciamento, projeto executivo e às obras de rebaixamento da calha do Tietê estão sendo questionados pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, seja pela ausência de licitação, seja pela falta de planejamento que ensejou aditamentos muito superiores aos permitidos pela legislação. Os gastos iniciais previstos em cerca de R\$ 600 milhões, já superam R\$ 1 bilhão.

TRÁFICO DE INFLUÊNCIA (Requerimento 1917/05 3/06/05)

O objetivo do pedido de CPI é averiguar suposto tráfico de influência na contratação de leiloeiros e empresas para realização de leilões na administração direta e indireta.

Sabesp, Metrô, CPTM e Fazenda Pública fazem leilões pela Internet com a empresa Superbid. Em

todos esses casos não houve licitação para contratação da empresa, que iniciou suas atividades com capital de R\$ 2 mil, saltando para R\$ 10 milhões em três anos.

Fundada pela filha e pelo genro do ex-prefeito José Serra com mais três sócios, a Superbid monopoliza os leilões pela Internet no Estado de São Paulo.

COMPRA DE ENERGIA (Requerimento 725/03 2/4/03)

Em março de 2003, o Governo de São Paulo decidiu romper os contratos de fornecimento de energia entre a Sabesp e todas as concessionárias de distribuição elétrica do Estado. Motivo: a Sabesp passaria a comprar energia elétrica diretamente da CESP, pagando R\$ 4,00/megawatt/hora ao invés de R\$ 110,00/megawatt/hora. O governo do Estado anunciou a intenção de adotar o mesmo procedimento para o Metrô e a Companhia Paulista de Trens Metropo-

litanos (CPTM).

Se a diferença de valores era tão grande porque as empresas já não compravam energia diretamente da CESP?

EMPRÉSTIMO À ELETROPAULO (Requerimento 718/2003 2/4/03)

Desde a privatização, em 1998, quando passou ao controle da empresa americana AES, a Eletropaulo acumulou uma dívida de R\$ 5,5 bilhões. Deste total R\$ 1,2 bilhão refere-se a um empréstimo obtido junto ao BNDES.

Apesar da crise financeira, de 1998 a 2001, a Eletropaulo distribuiu US\$ 318 milhões em dividendos no exterior.

A possibilidade da dívida com o BNDES não ser paga e a provável volta da Eletropaulo ao controle estatal geraria ônus aos cofres públicos, pois com os ativos da empresa viriam também dívidas.

Brasil mudou para melhor com governo Lula

No governo do presidente Lula, o Brasil retomou a rota do desenvolvimento econômico. Os números comprovam a diferença entre o Brasil de 2002, último ano do mandato de Fernando Henrique (PSDB/PFL), e o Brasil do presidente Lula e do PT.

Governo FHC (2002)	Governo Lula (2005)
Salário mínimo: R\$ 200,00 = US\$ 57	Salário mínimo: R\$ 350,00 = US\$ 155
Taxa de inflação: 12,53%	Taxa de inflação: 5,69%
Empregos com carteira assinada (8 anos): 796 mil novos empregos (média 99,5 mil de novos emprego/ano)	Empregos com carteira assinada (3 anos): 3,4 milhões de novos empregos (média 1,14 milhão de novos emprego/ano)
Equipes de Saúde da Família: 16.698 (cobertura populacional: 31,9%)	Equipes de Saúde da Família: 24.269 (cobertura populacional: 43,9%)
Recursos para habitação(2002): R\$ 5,2 bilhões número de casas financiadas: 238 mil/ano	Recursos para habitação (projeção 2006) R\$ 10,3 bilhões número de casas financiadas: 397 mil/ano
Programas anteriores ao Bolsa Família: valor médio: R\$ 24,75/mês total transferido em 2002: R\$ 2,5 bilhões	Bolsa Família: valor médio: R\$ 64,67/mês total transferido em 2005: R\$ 6,5 bilhões
Exportações: US\$ 60,4 bilhões	Exportações: US\$ 118,3 bilhões



- ### Conquistas do governo Lula
- Redução da pobreza em 8%**
 - Inclusão bancária:** 6 milhões de pessoas
 - PROUNI:** concessão de 200 mil bolsas de estudo para universitários
 - Desmatamento** caiu 31% em 2005
 - Auto-suficiência em petróleo:** abril 2006

Incompetência dos governos do PSDB leva ao caos na segurança pública

A onda de violência no Estado de São Paulo é fruto dos 12 anos de incompetência do PSDB à frente do Estado, particularmente do Governador Geraldo Alckmin. O episódio que parou São Paulo é apenas a manifestação pública da falência da gestão tucana. Vale lembrar que o PCC foi fundado em 1993, apenas um ano antes do PSDB vencer a eleição para o Governo do Estado. O atual governador, Cláudio Lembo, pegou uma bomba de efeito retardado.

A crise na segurança pública é antiga e o descalço do governo estadual pode ser medido, por exemplo, pela diminuição dos recursos destinados à área. Segundo informações do SIGEO - Sistema de Gerenciamento da Execução Orçamentária, nos últimos cinco anos, o governo do Estado deixou de aplicar R\$ 615 milhões em segurança. Os recursos existiam, mas não foram utilizados, ficaram no caixa do Estado. No mesmo período, o governo estadual teve um excesso de arrecadação de R\$ 18 bilhões.

Em contrapartida, o crime cresceu e se organizou, entre outras razões, pela ineficiência da política prisional do Estado. De acordo com a Secretaria de Administração Penitenciária, existem no Estado de São Paulo cerca de 140 mil presos, cerca de 40% da população carcerária do país. Em 80% dos presi-

dios, o número de presos é, em média, 30% superior ao número de vagas.

Em 2005, houve 13 rebeliões. Em 2006, já ocorreram 86. A última grande rebelião no sistema prisional aconteceu em 2001 e atingiu 23 presídios. Neste mês, foram 74 presídios rebelados simultaneamente. Em 1994, havia um funcionário para cada dois presos. Em 2005, a proporção é de um funcionário para cinco detentos.

Outro ponto que comprova a inoperância tucana é a questão dos celulares. Os presídios não têm o menor controle sobre a entrada dos aparelhos. A Secretaria de Administração Penitenciária admitiu à revista Veja que são apreendidos em poder dos detentos, em média, 200 celulares por mês. O bloqueador do sinal de celular é uma tecnologia disponível e de baixo custo. Prometidos em 2001, até hoje o Governo do Estado não tomou providências.

Além do crescimento acelerado da população carcerária e da falta de investimentos no setor, a má remuneração de policiais e agentes penitenciários contribuiu para a situação atual. Os delegados de São Paulo têm os piores salários do país.

O combate ao crime organizado é longo e exige investimentos em inteligência policial, formação pro-

fissional, armamentos e tecnologia. Entretanto, é possível colher resultados quando há um trabalho efetivo. Um bom exemplo é a Polícia Federal. Nos últimos três anos do Governo Fernando Henrique somente 54 pessoas foram presas pela Polícia Federal. Nos três anos do governo Lula 2.791 pessoas foram presas. Somente em 2005, foram 750 presos e mais de 320 toneladas de drogas apreendidas.

Atento ao problema da segurança pública, o governo do presidente Lula, numa iniciativa inédita na história do país, está construindo duas penitenciárias de segurança máxima, uma no Paraná e outra no Mato Grosso do Sul. Elas começarão a funcionar em junho e até o início de 2007 serão cerca de mil vagas nesses presídios, que contarão com sistema eletrônico de monitoramento.

Políticas sociais ajudam no combate ao crime, prova disso, é que as regiões em torno do CEU's registraram queda nos índices de criminalidade, mas é importante também endurecer as penas para os infratores reincidentes. Entretanto, o problema não é a falta de leis, mas sim uma política de segurança incompetente. Por isso, é urgente a substituição do Secretário de Segurança Pública do Estado e a criação de uma nova política de segurança para São Paulo.